

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RAFAELA MAZURECHEN SINDERSKI

**A HISTÓRIA DE MUITAS HISTÓRIAS: UM LIVRO-REPORTAGEM
SOBRE A IMPORTÂNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL DA CONTAÇÃO
DE HISTÓRIAS NOS TEMPOS ATUAIS**

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RAFAELA MAZURECHEN SINDERSKI

**A HISTÓRIA DE MUITAS HISTÓRIAS: UM LIVRO-REPORTAGEM
SOBRE A IMPORTÂNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL DA CONTAÇÃO
DE HISTÓRIAS NOS TEMPOS ATUAIS**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) em
Comunicação Social – Jornalismo,
apresentado para a Coordenação do Curso
de Comunicação Social como requisito
para graduação em Jornalismo na
Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Guilherme Carvalho

CURITIBA

2016

Agradecimentos

Ao meu orientador, Guilherme Carvalho, que foi sempre tão solícito e que me ofereceu um norte para seguir. Sem sua ajuda e seus apontamentos, eu teria me perdido (ainda) mais vezes antes de chegar ao fim desta empreitada.

Ao José Carlos Fernandes, primeiro orientador deste trabalho. Seu conhecimento e perspicácia foram essenciais para refinar o projeto e seu talento e sensibilidade são uma inspiração. Obrigada por compartilhar comigo suas experiências (e pelos livros que demorei tanto a devolver).

Aos meus pais, que estão comigo aonde quer que eu vá. Sou imensamente grata por tudo o que fizeram por mim e por continuarem ao meu lado não importando a situação. Espero ser capaz de retribuir cada gesto de suporte e de amor. Quero que se orgulhem de mim, um dia.

Ao Max, por todo o amor e pelas dancinhas divertidas que me fazem rir nas horas de estresse. Seu carinho e companheirismo fazem do mundo um lugar mais bonito para mim.

À Isabela, que me ajudou a encontrar forças que eu não sabia que tinha. É tão bom poder contar com sua experiência e sensibilidade para domar os medos e a ansiedade.

À Milena, Luíza, Dayane, Rafael e a todos os amigos que dividiram comigo acontecimentos felizes e momentos difíceis. Obrigada pelo apoio, tudo seria tão mais difícil sem vocês aqui.

Resumo

Durante séculos, o contador de histórias foi reconhecido como detentor de sabedoria e vasta experiência. Suas narrativas, declamadas em voz alta, foram uma maneira de informar, entreter o ouvinte e reforçar costumes. Mas, com o enfraquecimento da oralidade devido à ascensão da escrita e da leitura e da implementação de tecnologias de impressão, a contação de histórias passou a ocupar um papel confuso dentro da sociedade. Os livros, produzidos em massa pelo sistema de prensa de Gutenberg, “calaram” a voz da história humana, que passou a ser registrada em papel e lida de maneira silenciosa. Apenas com o advento do rádio e da televisão como novos meios de comunicação no século XIX – o que gerou um processo de retribalização da sociedade – a oralidade volta a conquistar espaço. E as histórias, por sua vez, voltaram às salas de aula e a outros ambientes educacionais e sociais. Estaria, então, a tradição oral está sendo retomada, tendo a contação de histórias como uma manifestação de seu retorno? Para responder tal pergunta, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas jornalísticas e métodos observação participante para produzir um livro-reportagem que aponte a relevância social e educacional da contação de histórias no cenário curitibano. Esses métodos de estudo mostraram que o ato de contar histórias está presente tanto na rede de educação municipal quanto na iniciativa da sociedade civil como forma de educar e de desenvolver as capacidades emocionais e imaginativas do ouvinte.

Palavras-chave: Contação de histórias; Educação; Oralidade; Sujeito-contador; Sociedade; Livro-reportagem.

SUMÁRIO

RESUMO

AGRADECIMENTOS

1 INTRODUÇÃO	7
2 DA CULTURA ORAL À CULTURA ESCRITA: O PERCURSO DE UMA GRANDE HISTÓRIA	12
2.1 O BERÇO DA ESCRITA	13
2.2 OS PRIMEIROS “IMPÉRIOS DA LEITURA”	16
2.3 A TRANSFORMAÇÃO DA LEITURA NAS PÁGINAS DO LIVRO	17
2.4 A INVENÇÃO DE GUTENBERG E O NASCIMENTO DE UMA “CULTURA DO LIVRO”	19
2.5 O CONTADOR BRASILEIRO E O RENASCER DA ORALIDADE	20
3 PLANO METODOLÓGICO	24
3.1 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	24
3.2 PROCESSOS JORNALÍSTICOS	25
3.2.1 REPORTAGEM	25
3.2.1.1 LIVRO-REPORTAGEM	26
3.2.2 JORNALISMO LITERÁRIO	27
3.2.3 PERFIL	28
3.2.4 ENTREVISTA	29
4 O PRODUTO	31
4.1 POR QUE UM LIVRO-REPORTAGEM SOBRE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS?	31
4.2 PROJETO EDITORIAL	32
4.2.1 PRIMEIRO CAPÍTULO: INTRODUÇÃO	33
4.2.2 SEGUNDO CAPÍTULO: ONDE AS HISTÓRIAS MORAM	33
4.2.3 TERCEIRO CAPÍTULO: A EDUCAÇÃO TAMBÉM É FEITA DE HISTÓRIAS	33
4.2.4 QUARTO CAPÍTULO: A HERDEIRA DE HISTÓRIAS	34
4.2.5 QUINTO CAPÍTULO: A METAMORFOSE DE MARGARETH	34

4.2.6 SEXTO CAPÍTULO: O MESTRE DO RIDÍCULO.....	34
4.2.7 SÉTIMO CAPÍTULO: COM VOCÊS, A RAINHA.....	34
4.2.8 PÚBLICO-ALVO.....	35
4.3 PROJETO GRÁFICO.....	35
4.3.1 CAPA.....	37
4.3.2 ORÇAMENTO.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

Através dos tempos, o homem tratou de manter vivo o enredo de sua história, contando-a e recontando-a por meio da oralidade. Aquele que o fez, usando a voz como um de seus instrumentos de trabalho, dispôs não apenas da articulação oral de uma língua, mas também de uma performance que envolve corpo e contexto, tornando-se o portador de uma voz que é mais do que informativa; é poética, tal como define Paul Zumthor (1993). Dessa forma, o sujeito-contador de mitos e histórias foi importante para transmitir conhecimentos e fatos entre comunidades ao longo dos séculos, fazendo uso de narrativas com um “quê” poético, a fim de envolver e entreter seus ouvintes.

Para Cleo Busatto (2006), o contador de histórias pode ser visto como um herdeiro da tradição oral. De muitos nomes, foi conhecido, na antiga Grécia, como *rapsodo*; na África ocidental, chamou-se *griot*; *trovador*, na lírica medieval, e *bardo* para os povos celtas da Europa ocidental antiga, era um “sujeito que se valia da narração oral como via para (...) perpetuar e propagar os mitos fundacionais das suas culturas” (BUSATTO, 2006, p. 18). Sua função prática dentro da sociedade é e sempre foi a de dar vida à arte da “contação” de histórias, neologismo criado somente nas últimas décadas do século XX para se referir ao ato de narrar enredos.

Segundo Steven Roger Fischer (2006), a relação da sociedade com a oralidade sofreu transformações no decorrer da história. Após a invenção da escrita – que beira os 4.000 anos a.C. – como auxílio para a memória humana, ler em voz alta tornou-se comum nas antigas sociedades egípcias, gregas, romanas e mesopotâmicas. Mas, a leitura conquistou novo significado ao longo dos séculos ao acompanhar o desenvolvimento dos sistemas logográficos de registro; deixou de lado sua forma sinestésica e passou a se concretizar de maneira muda e prioritariamente visual. Se, antes, a escrita era mera “muleta” do discurso oral, servindo como registro de comercializações e auxílio para a memória, foi “promovida” e passou a ser dignificada como uma forma relevante de expressão do homem, fazendo da leitura uma indicadora do avanço da humanidade.

Ao tornar-se um ato silencioso, nascido dos *scriptoriums*¹ do século IX, a leitura, atrelada ao desenvolvido sistema de escrita, suplantou o uso da oralidade (FISCHER,

¹ Espaços medievais destinados à escrita.

2006). Sendo o contador de histórias um herdeiro da tradição oral, é possível afirmar que, em tempos de palavra impressa, transformadora de limites e padrões culturais, e de informação digital, a tradição oral está sendo retomada, tendo a contação de histórias como uma manifestação de seu retorno?

O presente trabalho apresenta como hipótese a retomada da tradição oral na sociedade atual e a relevância da contação de histórias como forma de transmissão de conhecimento, considerando a inclusão da atividade nas diretrizes pedagógicas do sistema municipal de educação infantil e o trabalho de Organizações da Sociedade Civil dedicadas à prática de contar histórias em Curitiba. Assim, a contação seria um movimento de importância social, estando atrelado ao uso e estudo da literatura – que tem influência sobre a formação da consciência infantil, auxiliando no crescimento pessoal, psicológico, relacional e cultural dos estudantes (COSTA, 2007) –, dentro e fora das escolas, para melhorar o desempenho educacional e desenvolver as relações inter e intrapessoais dos ouvintes.

A sociedade atual, preocupada em aliar técnica, cultura e sociedade para gerar novas tecnologias, tal como coloca Pierre Lévy (1999) em sua definição de Cibercultura tem substituído a memória oral pelo registro escrito, seja ele gravado em superfície material ou presente em uma tela eletrônica. Mas, de acordo com Busatto (2006), nem a palavra escrita, nem a implementação das tecnologias recentes excluíram a oralidade do meio social; a narrativa oral somente ganhou “outra dimensão ao ocupar o espaço telemático” (BUSATTO, 2006, p. 97), adquirindo novos focos e suportes para sua realização. Este trabalho, então, tem o objetivo de investigar a importância social e educacional da contação de histórias nos tempos atuais. Consequentemente, pretende-se descobrir a relevância de seu sujeito-contador na sociedade e produzir um livro-reportagem que esclareça seu papel e suas atividades tanto na sociedade civil quanto na educação pública.

Segundo as pesquisas de Paul Zumthor (1993), há três modalidades de oralidade, presentes em diferentes comunidades. A primeira consiste na oralidade primária, sem conhecimento ou contato com a escrita. A intermediária, conhecida como mista, tem a escrita presente em seu cotidiano, mas pouco influenciando em sua ordem social. Já a oralidade segunda conhece e se apropria dessa habilidade, usando-a para a manutenção do oral. Considerando que, de acordo com o Relatório

de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015², a taxa global de analfabetismo adulto é de 14% – representando um total aproximado de 781 milhões de pessoas³ – e que quase 100 milhões crianças de países de renda média e baixa não concluíram a educação primária no último ano⁴, a oralidade, tal como foi na antiguidade, assume um forte potencial de transmissão de informações e conhecimento em situações de baixa escolaridade e de ensino deficitário da leitura e da escrita. A contação de histórias adquire importância com a retomada da oralidade como forma de repasse do conhecimento, sendo uma forma de aprendizado para aquele que escuta, despertando seu interesse, desenvolvendo seu potencial crítico e formando futuros leitores em potencial (ABRAMOVICH, 1989).

A contação de história no contexto escolar é um dos recursos que o professor tem disponível para fazer com que seus alunos submerjam no mundo da leitura. E, quando tal acontece, poderão experienciar novos saberes, pois as experiências vividas e sentidas pelo leitor não se encerram ao final da história (RAMOS, 2011, p. 28).

O Brasil, com uma população de mais de 205 milhões⁵ de pessoas, possui cerca de 14 milhões⁶ de analfabetos. Cerca de 20,3%⁷ dos brasileiros são analfabetos funcionais, sabendo identificar letras e números, mas apresentando dificuldades para interpretar frases e textos. Só em Curitiba⁸, o número de analfabetos absolutos – que não aprenderam a ler e escrever – é de 29.839 pessoas, o que equivale a 2,1% da

² Relatório anual publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que monitora o progresso global do seis objetivos (educação e cuidados na primeira infância, educação primária universal, habilidades para jovens e adultos, alfabetização de adultos, paridade e igualdade de gênero e qualidade da educação) da Educação para Todos. UNESCO, Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

³ UNESCO, Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

⁴ UNESCO, Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

⁵ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acessado pela última vez em 14 de junho de 2016.

⁶ UNESCO, Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

⁷ Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=taxa-analfabetismo&vcodigo=PD384>>. Acessado pela última vez em 14 de junho de 2016.

⁸ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabela_s_pdf/tab28.pdf>. Acessado pela última vez em 14 de junho de 2016.

população. Entre os lugares públicos voltados à educação e à cultura que desenvolvem, com diferentes frequências, projetos relacionados à literatura e à contação de histórias estão, espalhados pelos 76 bairros⁹ da cidade, 200 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), treze Casas da Leitura, dez espaços de administração regionais, um Bondinho da Leitura, Espaço da Leitura Jardim Eucaliptos, Centro da Juventude Eucaliptos, Estação da Leitura, Gibiteca de Curitiba e o Palacete Wolf, sede da coordenação de Literatura de Curitiba. A Casa do Contador de Histórias e o Instituto História Viva, certificados pelo Ministério da Justiça como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuam em mais de 30 instituições públicas e privadas, atendendo pessoas em situação de fragilidade emocional, social e com diferentes quadros de saúde. Apesar da alta demanda, há poucos estudos que se propõem a identificar o movimento da contação de histórias no cenário curitibano, tal como este fará.

Para atingir os objetivos definidos, este trabalho contou com pesquisas bibliográficas, embasando seus conceitos, principalmente, nos estudos de Fischer (2006), Busatto (2006), Manguel (1997), Da Costa (2007), Abreu (1999), Abreu e Schapochnik (2005), Abreu e Bragança (2008), McLuhan (1964), McLuhan (1972), Lage (2003), Traquina (2005), Ferrari e Sodré (1986), Lima (1995), Weise (2013), Castro (2010) e Oyama (2008). Foi realizado o fichamento das obras relevantes para a produção do documento monográfico, facilitando a compreensão de cada livro. Para a produção do livro chamado “Entre contos e relatos: um livro-reportagem sobre contação e contadores de histórias em Curitiba”, que trata de abordar o panorama da contação e o perfil dos contadores de histórias na capital paranaense, foram redigidas pautas que guiaram uma série de entrevistas jornalísticas com personagens que são, ou tenham sido, contadores atuantes na cidade, levando em consideração seu conhecimento empírico. Através da observação participante, foi possível acompanhar o trabalho dos contadores de histórias, analisando seus métodos e técnicas, desde apresentações solo até rodas de contação envolvendo dois ou mais contadores.

Este trabalho se divide em quatro capítulos, sendo o segundo um rápido panorama da história da escrita e da leitura, traçando seu percurso através dos tempos, abordando a chamada “cultura do livro” (MCLUHAN, 1978) e tratando da

⁹ Dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) em 2000.

retomada da oralidade no século XXI sob a forma de contação de histórias. O terceiro capítulo é uma explanação sobre a teoria do livro reportagem, do jornalismo literário e do perfil jornalístico, debruçando-se sobre as obras de Castro (2010), Weise (2013), Brito (2008) e Oyama (2008). Por fim, o último capítulo é a estruturação do livro-reportagem produzido, definindo o projeto gráfico e editorial do produto.

2 DA CULTURA ORAL À CULTURA ESCRITA: O PERCURSO DE UMA GRANDE HISTÓRIA

Sabe-se que a escrita nasceu e se sustentou, durante muitos séculos após seu surgimento, na oralidade, sendo um apoio para o discurso falado e um auxílio para a memória humana. Com essa função secundária do ato de ler e escrever, o conhecimento era repassado através de histórias contadas boca a boca nas comunidades onde a oralidade prevaleceu como principal forma de transmissão de conhecimento, até que a escrita e a leitura se tornassem protagonistas de sua história, após a invenção da imprensa de Gutenberg. Assim, a sociedade tribalizada, definida por McLuhan (1972), caracterizada como regida por culturas baseadas na oralidade, começou a ser deixada de lado, tornando a tradicional leitura em voz alta – vivida por povos como os mesopotâmicos, os egípcios e gregos antigos – obsoleta e dando espaço à prática da leitura silenciosa.

Dessa forma, afirma Fischer (2006), a memória oral se enfraqueceu quando se passou a registrar, através da escrita, todo o conhecimento e a história da humanidade. Séculos se passaram entre o engatinhar do sistema de escrita e leitura e o domínio da palavra escrita sobre a oralidade. Depois disso, mais algumas centenas de anos foram necessárias para que a tradição oral voltasse a adquirir relevância com o surgimento das transmissões radiofônicas e a retribalização da sociedade (MCLUHAN, 1972). Dentro dessas transformações, a contação e o contador de histórias tiveram seu espaço e suas formas de atuação modificadas, adaptando-se ao desenvolvimento tanto da escrita quanto das novas tecnologias de informação.

O contador contemporâneo atua num regime de oralidade secundária, ou seja, encontra-se inserido no contexto de uma cultura letrada, se apropria da escrita, da impressão e das novas tecnologias. Surge em diferentes setores da sociedade atual movido pelo desejo de fazer de sua voz uma marca na sua comunidade (...) (BUSATTO, 2006, p. 29).

Diante das transformações que o papel da cultura oral sofreu ao longo dos séculos, e compreendendo que tais modificações se deram devido ao desenvolvimento do sistema de registro escrito e de sua leitura, faz-se necessário desenhar um rápido panorama da história da escrita e da leitura para, então, adentrar

no renascimento da oralidade e na contação de histórias contemporânea como sendo uma manifestação desse retorno.

2.1 O berço da escrita

De acordo com Steven Roger Fischer (2006), os primeiros registros ligados à escrita datam dos arredores de 4.000 a.C. Difícil atribuir seu surgimento a uma única sociedade, já que os indícios de um sistema embrionário de representação gráfica apareceram, em épocas muito próximas, em diversas civilizações do mundo, como as egípcias, chinesas e mesopotâmicas. Ela teria nascido da necessidade de recordar valores e mercadorias com exatidão, registrando escambos e dívidas e permitindo que a agricultura e o comércio, em seu engatinhar, tivessem um registro palpável e incontestável. “Assim nasceu a escrita, transformando, em seus primórdios, a palavra humana em pedra.” (FISCHER, 2006, p. 9). Antes de dar continuidade a este relato, é importante compreender que a história da escrita e da leitura, apesar de atreladas, são pontos distintos de uma jornada paralela. Ambas, ainda que interligadas, são antíteses uma da outra, sendo a história da escrita marcada por influências e refinamento desta habilidade, e a da leitura, representada por estágios sucessivos de amadurecimento social daquilo que, diferente da primeira, é uma aptidão natural. A escrita é tida como expressão, limitada e momentânea, de um registro, enquanto a leitura é sua impressão eterna.

Então, enquanto a escrita pode ser definida, em seu sentido mais amplo, como uma “sequência de símbolos padronizados (...) com a finalidade de reproduzir graficamente a fala e o pensamento humanos, entre outras coisas, no todo ou em parte” (FISCHER, 2006, p. 14), representada por entalhes ou por variadas sinalizações – como varetas, pedras e afins – para registros das antigas civilizações, a leitura teve seu significado alterado com o tempo, profundamente ligada ao desenvolvimento de diferentes comunidades.

A definição mais moderna e abrangente de leitura diz que se trata da capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos. A princípio, ler era a simples capacidade de obter informações visuais de um sistema codificado, compreendendo, assim, seu significado. Mais tarde, com as transformações nas formas de escrita, tornou-se a compreensão de um texto contínuo. Atualmente, é,

também, a extração de sinais de uma tela eletrônica. Para Manguel (1997), a maioria das sociedades letradas coloca o ato de ler no princípio de seu contrato social, sendo um sinal claro de status.

Mas, nos primórdios da escrita, durante a evolução das sociedades mesopotâmicas e egípcias, ler era o ato de entoar, declamar¹⁰, dizer em voz alta, sendo assim, em seu início, inerente à oralidade. Por isso, é possível afirmar que a leitura quase sempre se caracteriza como um processo sinestésico, que combina a visão – ou o tato, considerando a leitura em braile – e a audição. “A leitura começa pelos olhos. (...) santo Tomás de Aquino chamou a visão de ‘o maior dos sentidos pelo qual adquirimos conhecimento’” (MANGUEL, 1997, p. 42).

Quando se trata de definir o significado de leitura, há duas teorias conflitantes, segundo Fischer (2006). A primeira defende que esta consiste em um processo exclusivamente linguístico e insiste em analisá-la, letra a letra, como um sistema linear fonológico. A segunda tem a leitura como um processo semântico visual, afirmando que um grafema pode produzir significado sem, necessariamente, recorrer à linguagem. Ou seja, é possível ler palavras e frases “de uma vez só”, sem desmembrá-los sinal por sinal. Tais modos de leitura são conhecidos como elementar e fluente, respectivamente. Ambas têm suas definições como corretas, pois operam em níveis diferentes da atividade de ler.

A escrita completa, caracterizada pelo uso de aspectos fonográficos nos sistemas pictóricos, demorou a surgir. Entre 6 mil e 5.700 anos atrás, os sumérios, povos ocupantes da antiga Mesopotâmia, implementaram o foneticismo sistêmico, atribuindo valores sonoros aos sinais. Dessa forma, a leitura se tornou uma “sequência lógica de sons que recriava uma linguagem natural humana” (FISCHER, 2006, p.15). A transformação da escrita incompleta em completa mudou a forma conhecida de leitura, fazendo dela mais do que a união do som ao grafema; tornou-se, também, a extração e compreensão do significado da mensagem.

O surgimento do foneticismo sistêmico fez com que a escrita atendesse aos três critérios necessários para que ela seja completa e parte de uma sociedade letrada, tal como pontua Fischer (2006). São estes:

¹⁰ A palavra egípcia mais comum para “leitura” era *dj*, que também significava “declamar” (FISCHER, 2006, p. 26).

1. Ter por objetivo a comunicação;
2. Consistir em sinais gráficos realizados sobre uma superfície durável ou eletrônica;
3. Empregar sinais que se relacionem ao discurso articulado ou à programação eletrônica de modo que efetive a comunicação.

Antes desse avanço, os povos utilizavam códigos simplificados, com símbolos em forma de índice para indicar quantidades, prioritariamente atreladas ao comércio de mercadorias, sendo a escrita definida como a forma material da palavra falada.

Na Mesopotâmia, a escrita suméria, em seus primeiros séculos de vida, era utilizada como “muleta” para a memória humana. Era uma ferramenta primitiva que não visava a reprodução do discurso oral. Sua leitura envolvia, unicamente, a união de fragmentos de informação. O extenso sistema de sinais dificultava sua utilização. Durante muitos séculos, os sumérios mantiveram um acervo vago de cerca de 18 mil pictogramas. Sua redução aconteceu apenas por volta de 2700 a 2350 anos a.C. Já os egípcios codificaram seus sinais hieróglifos e hieráticos em um estágio inicial, desenvolvendo-se séculos antes da Suméria. Por volta de 3300 a.C., o Egito já possuía algumas centenas de hieróglifos logográficos escritos, em sua maioria, em tinta sobre papiro. Tratando-se de evolução no campo da escrita e da leitura, os egípcios tomaram a dianteira e o fizeram com mais velocidade quando comparados aos sumérios.

Ler era, na sociedade mesopotâmica, uma aptidão para poucos, delegada aos escritores e leitores oficiais, chamados escribas. O ato, que também tinha o significado de “contar”, “memorizar” e “declamar”¹¹, era relacionado exclusivamente ao trabalho, não ao lazer, devido ao peso e tamanho das tabuletas de argila. Era uma atividade pública e audível, com o intuito de recuperar um texto já decorado.

No Egito, o domínio da escrita e da leitura também era privilégio de poucos. É possível que cerca de um em cada cem egípcios tenham entrado em contato com a alfabetização em qualquer época do Antigo Egito. Aqueles que sabiam ler integravam uma classe mais abastada de egípcios. Os cargos administrativos, como oficiais e ministros de palácios, eram ocupados por escribas.

¹¹ Em linguagem suméria, ler era *ita* e significava “contar, calcular, ponderar, memorizar, declamar, ler em voz alta” (FISCHER, 2006, p. 17).

Os escribas sumérios-acádios também eram detentores de grandes responsabilidades; nas sociedades antigas, a palavra escrita era tida como verdadeira, exigindo a mais alta integridade daquele que a lia. Tanto que o falso testemunho, nas leis do rei babilônio Hamurábi, era punido com a morte. Além de registrar informações, que era sua principal função, a classe de escribas lia em voz alta para seus senhores, como parte de suas tarefas diárias ou em troca de pequenas recompensas.

Para Fischer (2006), é possível concluir que a leitura mesopotâmica já envolvia um universo de experiências humanas e descreve a Mesopotâmia como o local do nascimento da escrita “onde voz e sinal ainda eram uma coisa só” (FISCHER, 2006, p. 26). E a leitura no Egito Antigo foi mais que mera transmissão de fatos e informações; foi a transmissão do espírito das mensagens.

Para o autor, não é possível estabelecer uma relação causal direta entre o aparecimento da leitura e da escrita e o surgimento da civilização, já que existia atividade urbana na Síria setentrional por volta de 4000 a.C. Mas, é difícil negar a influência de ambas na expansão econômica que possibilitou aos reinos do Alto e do Baixo Egito e às cidades-estado mesopotâmicas progredirem e prosperarem, transformando-se em grandes impérios.

2.2 Os primeiros “Impérios da leitura”

O ato de ler, na Grécia, ainda remetia à comunicação falada, sendo comum a leitura em voz alta, realizada por escravos letrados, de registros gravados em papiro ou em tabuletas de cera. Em 700 a.C., a legislação grega ganhou inscrições na arquitetura pública, conferindo à escrita ocidental um status de autoridade. Mas, mesmo assim, poucos eram detentores das habilidades de escrita e leitura. Análises realizadas com base nas leis que regiam o ostracismo ateniense em 480 a.C. mostram que somente cerca de 15% dos homens adultos de Atenas podiam ler.

Já Roma, ao fim de sua república – entre o primeiro e o segundo século a.C –, pode ser considerada o primeiro “Império da Leitura”, já que, diferentemente da Grécia no mesmo período, um grande número de homens, mulheres, fossem eles libertos ou escravos, tinham o hábito de ler e escrever todos os dias. Ainda assim, de acordo com

Fischer (2006), o tipo de leitura dominante era a pública, em voz alta. A “leitura silenciosa” ainda não havia encontrado seu espaço.

Ainda segundo o autor, os últimos séculos da era antes de Cristo revelaram uma maior diversidade de materiais para a escrita. O Oriente Médio gravava parte de suas inscrições em couro, pedra, tabuletas de cera e até mesmo ouro, prata e bronze. Mas a superfície mais popular era o papiro egípcio. Nos arredores de 400 a.C., os gregos antigos escreviam sobre qualquer material disponível, sendo desprovidos de um que fosse comum, barato, acessível e de fácil registro. O papiro, apesar de caro na época, tornou-se o material de escrita mais conhecido e requisitado, fazendo com que o Egito produzisse enormes quantidades para os gregos e, mais tarde, romanos.

2.3 A transformação da leitura nas páginas do livro

Segundo Fischer (2006), a grande demanda fez com que o comércio de livros em rolos de papiro surgisse em Roma, empregando inúmeros escribas e ilustradores. O objeto era uma aquisição, devido ao preço de importação do papiro. Mas, à medida que o papiro se tornava uma mercadoria importante e desejada, os livros – e, conseqüentemente, a leitura – se tornaram comuns ao longo do Mediterrâneo.

O objeto de leitura consistia em diversas folhas de papiro juntas, organizadas em um rolo que permitia a observação sequencial do texto. Essa característica se adequava à leitura oral, que, em sua natureza, também é sequencial. A escrita contígua – sem pontos, espaços, maiúsculas e minúsculas – era bastante comum, seguindo o fluxo e as entonações da narração (FISCHER, 2006).

Sendo a aprendizagem da leitura algo definitivo – que não se pode desaprender –, os tiranos da Antiguidade buscaram evitar que seus povos dominados aprendessem a ler e escrever, tal como afirma Manguel (1997). Aqueles que não o conseguiam, atacavam e destruíam os livros que lhe pareciam críticos ou subversivos. Prática que se seguiu em outros episódios da história, como na Inquisição Espanhola dos arredores de 1478 e na Católica Romana medieval.

Mas não são apenas os governos totalitários que temem a leitura. Os leitores são maltratados em pátios de escolas e em vestiários tanto quanto nas repartições do governo e nas prisões. Em quase toda parte, a comunidade dos leitores tem uma reputação ambígua que advém de sua autoridade adquirida e do seu poder recebido (MANGUEL, 1997, p. 35).

No século V a.C., nasce em Atenas um comércio primitivo de livros. Mas, somente um século depois é que a leitura privada deste objeto se tornou relativamente comum. Neste mesmo século, escrita e leitura começaram a conquistar novos espaços no Ocidente. Com a conquista do Egito por Alexandre, o Grande, por volta de 300 anos a.C., o mercado de papiro – e, conseqüentemente, o de livros em Atenas – se expandiu e resultou na ascensão da palavra escrita, incitando a concretização de uma cultura ocidental baseada na escrita, tornando essa mais do que um recurso de memória, mas uma forma legítima de transmissão de informação e criação (FISCHER, 2006).

Nos últimos anos da era a.C., a necessidade acarretou em inovação no material de escrita. O governante grego Eumenes II (no poder de 197 a 158 a.C.), em uma afronta a Ptolomeu, rei do Egito, mandou que fosse criado, proveniente da secagem da pele de ovelha e cabritos, um novo material de escrita: o pergaminho. Com custo mais baixo – quando comparado ao concorrente –, facilidade de produção, maior retorno sobre investimento e facilidade de leitura, o pergaminho logo – começando no século IV até atingir totalidade na Idade Média – substituiu o uso do papiro.

Júlio César, no primeiro século d.C., também deu sua contribuição para o melhoramento do ato físico de ler. Ao dobrar folhas de papiro para enviar às suas tropas em campo de batalha, ele dá origem ao códice: páginas com texto registrado de ambos os lados para que fossem lidas e, então, dobradas, não enroladas. O hábito de encaderná-lo também passou a ser comum. Assim, o livro começava a criar forma.

Segundo Fischer (2006), a difusão da escrita e da leitura foi um passo para que a tradição oral começasse a ser substituída pelos registros e inscrições. E a importância da religião nessa história não se limitou aos textos de cunho devoto e sobrenatural; ela auxiliou, de maneira bastante fervorosa, a disseminação da alfabetização. Os escribas-padres, treinados no primeiro milênio a.C., e os eruditos da elite estão entre os primeiros leitores da sociedade, pois a escrita é uma forma eficaz de transmitir a sabedoria sagrada. “É fato esclarecedor na história da leitura que a difusão de sistemas de escrita no mundo hoje ‘reflete com muito mais clareza a difusão das religiões do mundo que a difusão de famílias e idiomas’”. (FISCHER, 2006, p. 38).

No fim da Antiguidade¹², quando a poesia oral já havia se tornado literária e o cristianismo se tornava uma “religião da moda” (MANGUEL, 1997), a leitura adquiriu um caráter mais silencioso e introspectivo, aproximando-se do significado avançado atual do ato de ler, definido por Fischer (2006), que deixa de ser uma ação de dois sentidos – visão/tato e audição – para ser apenas visual e silenciosa.

Apesar de, até este ponto, ter sido abordada, com prioridade, a história ocidental da escrita e da leitura, a Ásia oriental, bem como os povos americanos, também fizeram uso dessas aptidões. O povo chinês, por volta de 105 d.C., substituiu o uso caro da seda em suas escrituras pelo resultado da extração da polpa gelatinosa do material, dando origem ao processo de produção de uma superfície mais útil e barata: o papel.

2.4 A invenção de Gutenberg e o nascimento de uma “cultura do livro”

No século XV, a oralidade perdeu força diante da “página impressa de Gutenberg” (FISCHER, 2006, p. 185). Sua invenção transformou não apenas a forma de registrar informações, mas também a sociedade e o livro, que recebeu marcações – títulos, capítulos, numerações – que, até então, não marcavam suas folhas e que alteraram as formas de leitura. De acordo com Busatto (2006), aquilo que era, antes, um ato coletivo e social ganhou ares individuais reforçando a leitura silenciosa, que já pairava sobre os hábitos dos leitores.

A primeira página a ser impressa com tipo móvel de metal tem seu lar na Alemanha de 1450. Até então, os livros eram propriedade daqueles que tinham dinheiro; a imprensa, se não foi capaz de mudar, ao menos ajudou a distribuir o conhecimento em diferentes mãos. “Na verdade, essa invenção anunciou uma das maiores rupturas intelectuais e sociais da história” (FISCHER, 2006, p. 187). Este novo modo eficiente de multiplicar e reproduzir textos tornou a palavra escrita – e um de seus veículos, o livro – onipresente. Por isso, a Europa viveu tempos de alfabetização crescente nos séculos XV e XVI, contando com leitores cada vez mais ativos.

Nos períodos do Renascimento e da Idade Média, livros eram extremamente valorizados. Tanto que a pena para seu roubo era a morte. Porém, em meados do

¹² Refere-se a um período da história europeia que se inicia, aproximadamente, no século VIII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero, e finda na época da queda do Império Romano ocidental, no século V d.C.

século XVII, com a redução do tamanho do livro visando baratear seus custos e, consequentemente, com o aumento de sua acessibilidade, o objeto perdeu seu teor de preciosidade e tornou-se comum. Foi a partir de então que a leitura tornou-se o principal meio de obtenção do conhecimento. O desenvolvimento econômico ocorrido durante a Revolução Industrial favoreceu aqueles que conheciam e dominavam a escrita e a leitura. Fischer (2006) afirma que, no século XIX, a oralidade havia-se tornado um “fóssil social”.

Foi nessa época que se implementou o mercado editorial, movido pela alta demanda e pelo desejo de lucro. Se, antes, o principal público consumidor dos livros era a elite, a possibilidade de ganhos maiores fez com que o povo, proveniente das classes média e baixa, virasse o novo foco do comércio de livros. Nasce, assim, a indústria de livros e sua forma de conhecer o mundo através das páginas de publicações.

Hoje, porque perdemos completamente o nosso patrimônio oral, não temos muita noção da onipresente imposição da tirania na medida em que vivemos, pensamos, cremos, e veneramos por meio da palavra escrita, tornando-nos incapazes de enxergar outras possibilidades. Todos nós, sem exceção, somos súditos inconscientes da leitura (FISCHER, 2006, p. 40).

No Brasil, a vida editorial teve seu início em 1808, com a inauguração da Impressão Régia, que continha tipografias capazes de publicar ofícios, documentos e legislações. Um comércio informal de livros passou a existir durante o período colonial; mercadores portugueses negociavam os mais variados títulos com os brasileiros, recém-apresentados às maravilhas da impressão.

Para McLuhan (1978), o livro impresso e sua popularização foram capazes de substituir os anos de cultura oral e manuscrita, gerando o que ele chama de “cultura do livro”. A leitura silenciosa ganhou seu espaço, fazendo do olho o principal órgão responsável pelo ato de ler.

2.5 O contador brasileiro e o renascer da oralidade

Segundo Abreu (1999), o Brasil dos séculos XVI e XVII possuía poucos livros, estes detidos nas mãos de poucos proprietários e com predomínio de temas religiosos. A situação passou a tomar novos rumos apenas no século XVIII, quando a propriedade e a temática das publicações passaram a ser mais amplas, ainda que

minimamente, que nas épocas anteriores. Tal mudança se deve à construção de uma civilização mais urbana e à exigência de setores de serviço, que buscavam pessoas capazes de ler. Entre os principais detentores de livros estavam os donos de grandes terras, escravos dedicados à carreira sacerdotal, advogados, médicos, farmacêuticos, alguns comerciantes, militares e ocupantes de cargos públicos.

No fim do período colonial, já em meados de 1808, com o estabelecimento de uma indústria capaz de imprimir no Brasil, surgiu a circulação de impressos mais baratos, que ofereciam produtos mais populares e em conta: os chamados “livros para o povo” (BRAGANÇA E ABREU, 2008, p. 90). “Folhinhas de reza” e livros com teor religioso de capa brochada e papel mais barato foram uma grande parte das obras que circularam entre a população na época.

Ainda que a indústria dos livros impressos estivesse galgando seu caminho, até os primeiros anos do século XX, o analfabetismo em terras brasileiras chegava a quase 70%, tal como aponta Abreu e Schapochnik (2005). Grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista econômico tinham formas mais orais de se inserir no meio cultural. A literatura de cordel – caracterizada por folhetos que abordavam, através de rima, assuntos diversos – foi um forte elo entre a escrita, a leitura e a tradição oral. Sua leitura, tal como os registros na Mesopotâmia, no Egito antigo e na antiga Europa, raramente era um ato solitário; era declamada ou cantada em voz alta, em reuniões familiares ou de amigos. Aqueles que tinham as histórias guardadas na memória, fossem de folhetos ou não, as narravam para a plateia, declamando enredos sobre Lampião e seus cangaceiros, bem como outros relatos orais que ganharam dimensões e teceram as lendas populares, tão famosas na região do sertão nordestino. A estes que repassavam contos “para o povo ouvir”, os autores chamaram de “contadores de histórias”.

Assim, a leitura coletiva dos folhetos foi capaz de incluir aqueles que tinham pouca ou nenhuma afinidade com as aptidões de ler e escrever. Através da oralização das histórias, muitos analfabetos brasileiros de meados dos séculos XIX e XX puderam ter seus primeiros contatos com a leitura e a escrita. Para alguns, chegou a ser um impulso para que aprendessem a ler, segundo Abreu e Schapochnik (2005).

Em “A Galáxia de Gutenberg” (1972), Marshall MacLuhan define a sociedade dominada pela tradição oral como uma sociedade tribalizada, que fazia uso da oralidade para se comunicar e transmitir conhecimento e, assim, restringia-se a

assuntos e informações ligados ao espaço onde vivia, tendo, como alcance de sua palavra, somente sua própria “tribo”. Com o advento da imprensa, a humanidade passou por um processo de destribalização. Os limites da informação foram ampliados, o conhecimento ganhou novos espaços com a produção e distribuição de livros, e as pessoas passaram a perceber o mundo de forma mais ampla, exercendo seu individualismo, através da leitura silenciosa, e tornando seus pensamentos mais críticos e reflexivos. O último estágio apresenta uma sociedade retribalizada pelas tecnologias nascidas no século XX, como o rádio e a televisão, e que possui o conhecimento do mundo ao “alcance das mãos” – ou ao toque de poucos botões. O homem torna-se capaz de obter, ao mesmo tempo e sem sair de seu lugar, informações provenientes de diferentes “aldeias”, tornando a união desses múltiplos espaços uma grande “aldeia global”. Com a aparição de novos meios tecnológicos, as formas de comunicação se transformaram, tornando-se profundamente dependentes do meio onde são propagadas, como afirma McLuhan (1964) em sua proposição “o meio é a mensagem”. Em meio a isso, o autor define o rádio como um “tambor tribal”, que reverbera em inúmeros espaços diferentes ao mesmo tempo e, ainda assim, é capaz de produzir “imagens auditivas” particulares para cada ouvinte. Dessa forma, o rádio reestabeleceu uma conexão forte com a cultura oral, até então enfraquecida.

No atual século XXI, após as influências sofridas por uma sociedade voltada aos livros e pela “pandemia de informações” (FISCHER, 2006) gerada pela retribalização, há grupos que ainda valorizam o aprendizado advindo da oralidade em seu estado mais primitivo, livre de mediações eletrônicas, como os integrantes do povo *Yanomami*, que repassam suas histórias de geração para geração, como forma de aprender e de manter sua cultura viva.

Os brancos desenham suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Nós guardamos as palavras dos nossos antepassados dentro de nós há muito tempo, e continuamos passando-as para os nossos filhos.¹³

Para Busatto (2006), assim como a oralidade é importante para povos como os *yanomamis*, ela retorna em diversos outros setores da sociedade através do contador de histórias, não só de uma forma presente, mas também de uma maneira mediada, como nas narrações digitais, recorrentes da evolução da tecnologia e do surgimento

¹³ Maloca Watoriki, setembro de 1998. Depoimento do cacique Davi Kopenawa Yanomami, recolhido e traduzido por Bruce Albert. In: BUSATTO, 2006, p. 10.

de um mundo ligado a esta. “É nesse panorama que vejo a contação de histórias como um instrumental capaz de servir de ponte para ligar as diferentes dimensões e conspirar para a recuperação dos significados que tornam as pessoas mais humanas (...)” (BUSATTO, 2006, p. 12).

Visto as mudanças que o papel da cultura oral sofreu ao longo dos tempos, sendo influenciado pelo desenvolvimento do sistema de escrita, pela transformação das formas de leitura e pela implementação de uma “cultura do livro” (MCLUHAN, 1978), e tendo em conta que a contação de histórias pode ser uma manifestação do retorno de uma tradição oral, tal como acredita Cleo Busatto (2006), este trabalho fez uso da história da escrita, da leitura e da oralidade para embasar o primeiro capítulo de seu produto, oferecendo ao leitor um panorama do que é e do que foi a contação de histórias com o passar dos séculos.

3 PLANO METODOLÓGICO

O trabalho proposto traz os conceitos dos principais elementos trabalhados no desenvolvimento de seu produto: a observação participante, com método de pesquisa, e a reportagem, o perfil e o jornalismo literário como processos jornalísticos que tomaram forma durante a produção do trabalho. Baseado em uma bibliografia que contém, principalmente, Lage (2003), Traquina (2005), Ferrari e Sodré (1986), Lima (1995), Kotscho (1995), Weise (2013), Castro (2010), McLuhan (1964 e 1972), Goode e Hatt (1979) e Oyama (2008).

3.1 Observação participante

A observação participante consiste em uma metodologia aplicada amplamente no âmbito de pesquisa antropológico, sendo considerada por Goode e Hatt (1979) um meio de compreender os grupos sociais estudados, captando sua realidade de maneira empírica. Foi através de Malinowski (1978), com sua obra “Argonautas do Pacífico Ocidental”, considerada a precursora dos trabalhos etnográficos, que a técnica foi implementada como forma de imergir e entender o cotidiano do grupo, transformando o pesquisador em um investigador atento aos seus hábitos e cultura.

Um dos benefícios do emprego da técnica é a oportunidade de um contato mais próximo entre o pesquisador e seu foco de observação. Essa imersão possibilita ao observador apreender relações, ações e significados que os sujeitos estudados atribuem a sua realidade, resultado que, de outra maneira, poderia não ser satisfatório (LÜDKE E ANDRÉ, 1986). Em contrapartida, Geertz (1978) encara o método como produtor de trabalhos etnográficos baseados em interpretações, resultados da interação que se estabelece entre o pesquisador e seu objeto de estudo.

Acompanhada de entrevistas e análises documentais, a técnica da observação participante foi empregada neste trabalho por permitir maior compreensão das práticas e experiências dos contadores de histórias e de seus ouvintes. Foram acompanhadas reuniões, aquecimentos e rodas de contação, a fim de melhor entender a preparação e a relação dos indivíduos com a atividade.

3.2 Processos jornalísticos

3.2.1 Reportagem

Para entender o produto deste trabalho, é necessário, primeiramente, compreender que o jornalismo ocupa-se de dois gêneros informativos: a notícia e a reportagem. A primeira consiste na percepção, seleção e transformação de um acontecimento de interesse social em um produto jornalístico, sendo essa seleção o início do processo de produção jornalística, tal como entende Nelson Traquina (2005). A última, como afirma Lage (2003), é uma extensão da notícia, sendo a forma narrativa do veículo impresso. Sua produção necessita de cuidados com averiguação de fontes, edições e formulações textuais, necessitando de investigação e narrativa multiangular para ser desenvolvida. Tal narrativa deve contar com o contexto do assunto a ser trabalhado, seus antecedentes e sua projeção no futuro, apoio de especialistas e perfil dos personagens envolvidos. Assim, a reportagem se ocuparia de aprofundar o acontecimento definido como notícia, fazendo uso de recursos como entrevistas e pesquisas em profundidade para compreender e contextualizar o evento noticioso.

Segundo Rodrigues (2010), os primeiros registros de reportagens jornalísticas no Brasil datam do início do século XX, quando a defesa dos interesses do poder político e a informação jornalística se confundiam e se complementavam. Somente depois que Dom Pedro encerrou a censura prévia sobre textos publicados no país, em meados de 1821, é que a imprensa começou a assumir um formato mais independente do poder central, mas que, ainda assim, preocupava-se mais em abordar questões políticas do que informar de fato seus leitores.

Na década de 1920, a reportagem já estava no cerne do jornalismo periódico brasileiro, servindo para “atender a necessidade de ampliar os fatos, de colocar para o receptor a compreensão de maior alcance” (LIMA, 1995, p. 27) e “conduzir o leitor a um posicionamento crítico, ao iluminar e ampliar a sua visão sobre determinado assunto” (LIMA, 1995, p. 29).

As reportagens do produto deste trabalho têm como objetivo observar a atividade de contar histórias e apontar sua importância dentro da sociedade e do sistema público de ensino infantil. Dessa forma, com um olhar aprofundado e uma maior imersão da repórter no tema proposto, foi possível compreender a contação nos

âmbitos já descritos, trazendo o hábito milenar para os contextos social e tecnológico atuais.

3.2.1.1 O livro-reportagem

O livro-reportagem tem sua existência baseada na reportagem, tendo esta como uma expressão do jornalismo interpretativo. Para Kotscho (1995), o desenvolvimento da reportagem depende de entrevistas e pesquisas realizadas com maior profundidade, gerando um grande investimento em termos humanos, dependendo do envolvimento do repórter, e financeiros, precisando de financiamento da empresa.

Rocha e Xavier (2013) afirmam que, no século XVI, “livros noticiosos” e periódicos já eram utilizados como ferramenta para o jornalismo. Tal prática persistiu – e se desenvolveu – ao longo dos anos. Na primeira metade do século XVIII, o jornalista e escritor inglês D. Defoe escreveu o romance “As aventuras de Robinson Crusoé”. Mais tarde, nomes como H. Balzac, Gustave Flaubert e Eça de Queiroz também contribuíram para o jornalismo. “Os Sertões” (1902), é um retrato da Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia, que Euclides da Cunha fez como correspondente para o jornal O Estado de S. Paulo. A série de reportagens, que aliou jornalismo e literatura, tornou-se um marco da cultura brasileira.

Olinto (1955) defende que o livro-reportagem pode ser uma simples compilação de trabalhos já publicados em jornal, mas que se tornou comum a publicação de um trabalho feito exclusivamente para o livro, realizado nos moldes do jornalismo.

Assim, o livro-reportagem é “o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos.” (LIMA, 1998, p. 26). Apesar de não se ater a elementos típicos do jornalismo como a periodicidade e a atualidade, sua linguagem e seu processo de produção são jornalísticos, podendo variar em sua forma narrativa, fazendo uso, ou não, do Jornalismo Literário.

O produto deste Trabalho de Conclusão de Curso é caracterizado como um livro-reportagem por conter uma compilação de reportagens em profundidade e perfis jornalísticos relacionados à contação de histórias em Curitiba. Houve maior

envolvimento da autora com o tema e seus personagens, exigindo meses de entrevistas e coleta de informações para a produção do conteúdo.

3.2.2 Jornalismo Literário

O Jornalismo Literário consiste na junção do jornalismo e da literatura. A união entre os gêneros, que foi definida por Edvaldo Pereira Lima (1995) como uma reportagem em profundidade, utiliza recursos de observação e redação advindos da literatura. Para Weise (2013), sua missão, seguindo a função fundamental do jornalismo, é a de informar, mas com um ganho estilístico, aprofundando o vocabulário, a estrutura narrativa e o conteúdo. Dessa forma, o gênero aborda muito mais do que uma notícia; traz consigo uma história a ser contada.

Em meados da década de 1960, nos Estados Unidos, com as primeiras manifestações do *New Journalism*, o gênero ganhou força ao criticar a “imprensa objetiva” (PENA, 2008), fazendo uso da subjetividade literária para agregar valor estético ao texto. Nomes como Tom Wolfe, Truman Capote e Gay Talese são alguns dos representantes desse Novo Jornalismo. No Brasil, Weise (2013) acredita que o Jornalismo Literário está atrelado ao conceito de Jornalismo Diversional, que começou a ser estudado por volta dos anos 1980 e utilizava diálogos aprofundados, construção cena a cena, mudança de narrador e função poética da linguagem para trabalhar suas histórias, assemelhando-se aos procedimentos literários aplicados no *New Journalism* definidos por Tom Wolfe.

Grandes escritores brasileiros do século XIX atuaram, também, como jornalistas, tal qual Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac e Gonçalves Dias. No século XX, Euclides da Cunha, que escreveu “Os Sertões” (1902) a serviço do Estado de S. Paulo, e Carlos Drummond de Andrade estavam entre os escritores que trabalhavam na imprensa periódica.

De acordo com Castro (2010), o Jornalismo Literário não é definido como uma fragmentação do jornalismo, reservado a um espaço determinado dentro da prática. É, na verdade, uma aposta em um conhecimento narrativo, que detém as técnicas e estilos da literatura, usando-as a favor da produção jornalística, podendo estar presente em diversos gêneros do trabalho jornalístico, como perfis, contos, entrevistas, crônicas, relatos, artigos e até mesmo matérias informativas

convencionais. O estilo literário do jornalismo amplia a noção de informação, que deixa de ser enxuta e limitada, colocando de lado a técnica do lide, para conquistar uma visão mais desenvolvida e multifocal, envolvendo, também, a imersão do repórter na realidade, fazendo com que a narrativa adquira voz autoral e estilo próprio. Pensando no estilo pelo viés da reportagem, o Jornalismo Literário tem como objetivo aprofundar o texto através da literalidade, enriquecendo a leitura com uma diversidade de narrações, e apostar no prazer da escrita.

As características do Jornalismo Literário, segundo Felipe Pena (2008), formam uma “estrela de sete pontas”, sendo elas: a potencialização dos recursos do jornalismo, fazendo uso de novas estratégias profissionais; a ultrapassagem dos limites dos acontecimentos cotidianos, buscando referências passadas e projeções no futuro; a possibilidade de visões mais amplas da realidade, contextualizando a informação de maneira ampla; o exercício pleno da cidadania, mantendo o compromisso do jornalista com a sociedade; o rompimento das correntes burocráticas do lide; a garantia de profundidade e perenidade dos relatos e a tentativa de evitar os definidores primários.

O livro-reportagem, produto deste trabalho, apresenta características atribuídas ao Jornalismo Literário, como a ausência de lide, e faz uso de uma narrativa e de um método de observação e relato que se aproxima da literatura, porém, sem perder seu teor jornalístico de informar e relatar.

3.2.3 Perfil

Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré (1986) definem perfil como um gênero jornalístico que tem seu foco na pessoa a ser perfilada, transpassando a questão meramente informativa e fazendo uso da subjetividade para desvendar sua personalidade. Consistem em textos que se apegam a episódios e circunstâncias marcantes da vida do entrevistado, olhando-o segundo tais perspectivas. Diferente da bibliografia, o perfil não se prende à trajetória de vida do indivíduo como um todo. Busca e volta sua atenção apenas para os episódios que possuem certa relevância para compor o texto. Na construção do gênero, o jornalista tem papel importante como observador e mediador da história, transmitindo seu entendimento sobre a pessoa entrevistada. Aliás, a entrevista é a principal ferramenta para a formação do perfil.

Um texto em perfil pode ser classificado de duas formas (FERRARI E SODRÉ, 1986): como um miniperfil, caracterizado como um texto breve que pode compor notícias, entrevistas e reportagens, descrevendo de maneira rápida os personagens apresentados; ou como um multiperfil, que se demora mais no desenvolvimento de uma única figura, dedicando inúmeras páginas e matérias para sua história, cuja compilação forma uma grande reportagem, podendo conter diversos narradores.

Segundo Silva (2009), o gênero surgiu no jornalismo brasileiro por volta do século XIX, mas apenas na década de 1950 o formato ganhou as páginas de publicações como as revistas *Cruzeiro* e *Realidade*, tendo como principais influências nomes famosos no jornalismo literário, como Truman Capote, Tom Wolfe e Gay Talese, com o emblemático texto *Frank Sinatra has a cold* (1966).

A obra “Entre contos e relatos: um livro-reportagem sobre contação e contadores de histórias em Curitiba” contém o perfil de quatro contadores de histórias que vivem e atuam na capital paranaense. São multiperfis, segundo a definição de Ferrari e Sodré (1986), que se dedicam a desenvolver narrativas que abordam a personalidade e o pensamento dos personagens. Os contadores retratados são: Lídia Hanke Santos, Margareth Caldas Fuchs, Carlos Daitschman e Efigênia Ramos Rolim.

3.2.4 Entrevista

A entrevista pode ser colocada como uma ferramenta jornalística para a produção de reportagens e textos em perfil. Esta, segundo Medina (2002), é mais do que uma técnica para obter respostas pré-pautadas, é uma forma de interação social que visa promover diálogo entre jornalista e entrevistado e jornalista e leitor. Para Lage (2003), também é um procedimento clássico utilizado para apurar informações na hora de produzir um texto jornalístico.

Sua realização de forma satisfatória depende, de acordo com Thais Oyama (2008), de uma pesquisa prévia da vida do entrevistado, a fim de definir o melhor roteiro de perguntas. As conversas devem ser realizadas, preferencialmente, de modo presencial. Tratando-se de um perfil, as entrevistas costumam se dar no ambiente profissional ou domiciliar do perfilado, permitindo ao jornalista captar aspectos da vida de seu personagem que possibilitem uma melhor compreensão e formação de seu retrato. A gravação das declarações deve ser feita apenas mediante permissão do

entrevistado, sendo indispensável ao jornalista anotar tópicos e falas importantes ao longo da conversa.

Para Ferrari e Sodré (1986), o processo de entrevista pode resultar em dois tipos de estilos de perfil. Neles, o repórter “ou mantém-se distante, deixando que o focalizado se pronuncie, ou compartilha com ele um determinado momento e passa ao leitor essa experiência” (FERRARI E SODRÉ, 1986, p. 126).

As entrevistas – e os perfis derivados destas – realizadas para a produção do livro-reportagem buscaram transmitir ao leitor a experiência dos entrevistados com contação de histórias, encontrando-os em suas residências e em seus ambientes de trabalho, observando seus modos e atentando aos episódios marcantes de suas trajetórias como contadores.

4 O PRODUTO

Sendo um objetivo deste trabalho a produção de um livro-reportagem que apresente a importância social e educacional da contação de histórias, este capítulo irá esquematizar o projeto gráfico e editorial do produto a ser realizado, pontuando os elementos necessários para sua produção.

4.1 Por que um livro-reportagem sobre contação de histórias?

No ano de 2013, através de um projeto realizado para a disciplina de Técnicas Básicas de Rádio, ministrada, na época, pelo professor doutor Elson Faxina, conheci as atividades da Casa do Contador de Histórias. Interessada por voluntariado social, acompanhei o trabalho do grupo, que possui título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a fim de conhecer sua metodologia e seus resultados. Na data, a diretora geral da Casa era a voluntária Lídia Hanke e a organização atendia cerca de 14 instituições parceiras – como hospitais, casas de repouso e de reabilitação, centros de educação infantil e socioeducação e escolas para portadores de necessidades especiais – com rodas de histórias realizadas regularmente. Ao fim do projeto mencionado, que levou ao desenvolvimento de uma reportagem radiofônica, após entrevistar voluntários contadores, integrantes da administração da OSCIP, pacientes ouvintes e funcionários das instituições parceiras, pude concluir a importância do trabalho realizado pela Casa, que busca resgatar a autoestima e o interesse de pessoas em situação de fragilidade física e/ou emocional através da narrativa de histórias.

Em 2015, já no fim de minha vida acadêmica, decidi retomar o tema em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, investigando mais a fundo suas técnicas e resultados, porém ampliando o alcance de suas influências, estudando não apenas a contação como uma manifestação da sociedade civil organizada, mas também no âmbito educacional, inserido, principalmente, nas diretrizes acadêmicas da Secretaria Municipal de Educação.

Sendo a reportagem um aprofundamento da notícia, optou-se pelo livro-reportagem como produto deste trabalho devido à necessidade de expandir,

desenvolver e aprofundar o tema proposto. Como inspiração, teve-se Eliane Brum, com sua obra *O olho da rua* (2008), que compila 10 reportagens que a jornalista publicou na revista *Época* durante o começo dos anos 2000, e Gay Talese, ícone do Jornalismo Literário e autor do famoso perfil *Frank Sinatra has a cold* (1966), publicado na revista norte-americana *Esquire* e eleita, em 2003, no 70º aniversário do veículo, a melhor história já publicada pelo periódico.

4.2 Projeto editorial

O livro-reportagem “Entre contos e relatos: um livro-reportagem sobre contação e contadores de histórias em Curitiba” buscou expor o panorama da contação de histórias em Curitiba, projetando-a no âmbito da educação municipal – observando diretrizes adotadas pela secretaria competente e pedagogias utilizadas em alguns centros de educação infantil da cidade – e da organização da sociedade civil – acompanhando o trabalho prático e teórico de grupos considerados Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Também procurou compreender, através do perfilamento de quatro contadores residentes na capital paranaense, as técnicas e as transformações que a narrativa de histórias pode proporcionar àqueles que se envolvem com ela.

O trabalho segue os aspectos do Jornalismo Literário, por apresentar ao jornalista-escriptor maior liberdade de criação, permitindo um maior detalhamento da personalidade dos entrevistados e da atmosfera de seu trabalho, e por ser uma forma narrativa adequada ao tema do livro-reportagem, que trata da relevância social e educacional da contação de histórias.

O estilo perfil, que é caracterizado por uma reportagem que se aprofunda na imagem de seus personagens, foi escolhido por possibilitar uma visão mais intimista dos entrevistados, facilitando, assim, a compreensão de sua trajetória como contador e da importância do ato de contar histórias em sua vida, bem como na vida de seus conhecidos, amigos e familiares.

A escolha dos perfilados se deu com base na experiência e relação pessoal dos mesmos com o tema. Foram entrevistados sete contadores de histórias ao todo – sendo quatro deles para a elaboração de perfis –, além de conhecidos destes, educadores, funcionários de instituições hospitalares, sociais e educacionais,

pacientes ouvintes da contação de histórias, funcionários ocupantes de cargos públicos ligados a políticas culturais e educacionais do município e profissionais da psicologia e pedagogia.

O livro-reportagem possui 90 páginas, distribuídas em sete capítulos, mais sumário, prefácio e posfácio.

4.1.1 Primeiro capítulo: Introdução

Trata-se de uma breve pincelada sobre o laço entre a história da escrita, da leitura e da oralidade, e a importância da linguagem como ferramenta de desenvolvimento da sociedade, seguida por uma explanação sobre a contação de histórias no Brasil e no mundo. Mitos, lendas e contos de fadas que foram essenciais para diferentes povos compreenderem o mundo e as diferentes culturas são mencionados, a fim de tornar clara sua importância na história da humanidade.

4.1.2 Segundo capítulo: Onde as histórias moram

O segundo capítulo consiste em uma reportagem que acompanha o trabalho de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de Curitiba. Estas realizam atividades voluntárias em instituições da capital, contando histórias a pacientes de hospitais, escolas de educação especial, centros de educação infantil, centros de socioeducação e associações sem fins lucrativos. A reportagem se preocupa em mostrar a relevância do trabalho, tanto para os pacientes ouvintes quanto para os contadores, ouvindo, também, especialistas da saúde e da educação capazes de comprovar os resultados positivos da contação de histórias para os envolvidos.

4.1.3 Terceiro capítulo: Educação também é feita de histórias

Este capítulo traz, em forma de reportagem, o panorama da contação de histórias no âmbito da educação infantil em Curitiba, contendo entrevistas com membros da Secretaria Municipal de Educação, educadores da rede municipal, educadores da rede particular que utilizam a contação de histórias como diretriz

pedagógica, e pedagogos que dão seu parecer sobre a importância das histórias no aprendizado dos alunos.

4.1.4 Quarto capítulo: A herdeira de histórias

É um perfil sobre Lídia Hanke Santos, magistrada que esteve na direção-geral da Casa do Contador de Histórias por quatro anos – de 2011 a 2015. Hoje, ainda contadora de histórias, ela se dedica ao trabalho voluntário na Escola de Educação Especial Vivian Marçal e aos seus estudos sobre a atividade de contar histórias na pós-graduação em Neuropsicopedagogia. O capítulo se preocupa em compreender a relação de Lídia com as histórias, apresentadas por sua avó ainda na infância e que se tornaram parte importante de sua vida desde então.

4.1.5 Quinto capítulo: A metamorfose de Margareth

Margareth Caldas Fuchs, ex-professora e atual funcionária pública do Departamento de Tecnologia e Difusão Educacional da Secretaria Municipal da Educação, tem a literatura e a contação de histórias atreladas à sua vida pessoal e profissional. O perfil que compõe a parte de número cinco do livro é um retrato desse enlace entre os contos e o cotidiano de Margareth, envolvendo desde suas lembranças mais banais até o episódio que marcou sua memória e que ajuda a dar nome ao capítulo.

4.1.6 Sexto capítulo: O mestre do ridículo

Este perfil traz um pouco da irreverência de Carlos Daitschman, ator profissional e contador de histórias talentoso. De suas primeiras experiências em um palco à sua primeira história contada em uma biblioteca pública, o capítulo registra o nascimento do contador em Daitschman e seu trabalho constante para ressignificar o mundo através de arte e de histórias.

4.1.7 Sétimo capítulo: Com vocês, a Rainha

Efigênia Ramos Rolim, conhecida como a Rainha do Papel de Bala, é artista popular, poetisa, escultora e contadora de histórias. O sétimo capítulo é um perfil que aborda sua relação com a arte, os materiais reciclados e a contação de histórias.

4.1.8 Público-alvo

O possível público-alvo do livro-reportagem é composto por educadores interessados em saber mais sobre as práticas e benefícios da contação de histórias para o desenvolvimento infantil. Também voluntários das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público da capital paranaense ligadas à contação, tal como a Casa do Contador de Histórias e o Instituto História Viva, além de pessoas interessadas em conhecer melhor a atividade. Entre os espaços viáveis para distribuição da obra, estão os 200 Centros Municipais de Educação Infantil espalhados por Curitiba, as treze Casas da Leitura, o Bondinho da Leitura – localizado na Rua XV de Novembro –, o Espaço da Leitura Jardim Eucaliptos, a Gibiteca de Curitiba e o Palacete Wolf, sede da coordenação de Literatura de Curitiba. Também é possível disponibilizar uma versão digital do livro no portal online Cidade do Conhecimento¹⁴, onde se encontra todo o material pedagógico disponibilizado pela SME às suas unidades educacionais.

4.2 Projeto gráfico

O projeto gráfico foi desenvolvido em conjunto com o designer Max Alan Kampa e o diagramador Rafael Vitor Galvão de Andrade.

A estrutura do livro, produto deste trabalho, foi baseada nas indicações de Denise Arend e Valter Kuchenbecker (2004) sobre como editar um livro. A obra dispõe de primeira capa, segunda capa, terceira capa, quarta capa – contendo chamada escrita também pela autora da obra, com a intenção de cativar o leitor – e folha de rosto.

As fotos foram tiradas e tratadas por Rafael Vitor Galvão de Andrade. Cada início de capítulo – exceto o que corresponde à introdução – é precedido por uma imagem que ilustra seu conteúdo, impressa sempre na página à esquerda. No caso

¹⁴ Acesse: cidadedoconhecimento.org.br.

das reportagens, as fotos representam as estruturas físicas dos CMEIs visitados – em “Educação também é feita de histórias” – e da Casa do Contador de Histórias – em “Onde as histórias moram”. Tratando-se dos perfis, a imagem escolhida é um retrato de cada perfilado, fotografado em suas casas ou em seus ambientes de trabalho. Optou-se por manter as imagens em cores, respeitando a linguagem leve, lúdica e imaginativa que o tema exige.

Segundo Richard Hendel (2006), um livro é mais do que seu conteúdo. É, também, sua forma física, envolvendo design de capa e tipografia. Seguindo, ainda, o raciocínio desse mesmo autor, existem três abordagens principais relacionadas ao design da obra. São elas:

1. O uso de uma tipografia tão neutra quanto possível, sendo, assim atemporal e sem indicação de espaço;
2. Uma tipografia alusiva, que remeta, propositalmente, a outros tempos e locais;
3. E uma tipografia nova, que apresentará seu texto de maneira exclusiva.

Levando em consideração os direcionamentos de Hendel, o livro-reportagem se ateve a uma tipografia alusiva, que se refere àquela utilizada em obras de fantasia e contos de fada, tal como a empregada na obra “Os Contos de Grimm” (2005). Para facilitar a leitura, fontes com serifa foram usadas em todo o corpo de texto.

As medidas e escolhas em relação à tipografia do miolo do livro são:

- Títulos: Javanese, 20pt
- Subtítulos: Perpetua Bold, 13pt
- Corpo de texto: Perpetua, 11pt
- Prefácio, introdução, posfácio e referências: Perpetua, 18pt
- Título da folha de rosto: Calligraffiti, 23pt
- Subtítulo da folha de rosto: Forum, 12pt

O produto foi impresso em papel Offset 75g, com tamanho 17,5x12,5 cm e margens com as seguintes demarcações:

- Superior: 24 mm
- Interna: 23 mm
- Inferior: 21 mm
- Externa: 19 mm

4.2.1 Capa

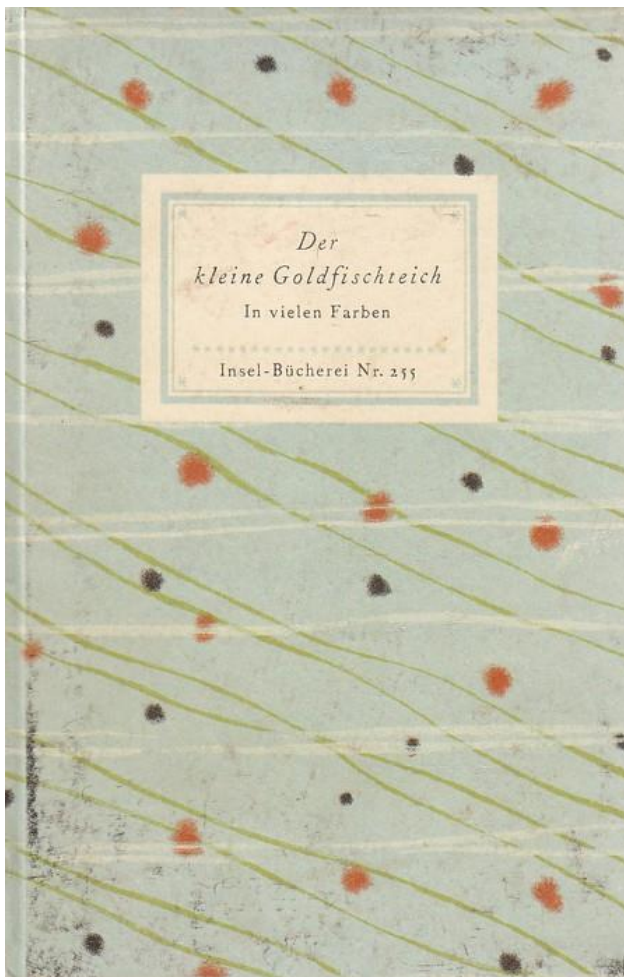
A capa do livro-reportagem é projetada em papel Duodesign 250g, utilizando as fontes:

- Título: Calligraffiti, 15pt
- Subtítulo: Fórum Regular, 8pt
- Nome da autora: Fórum Regular, 8pt
- Texto da quarta capa: Fórum Regular, 8pt

Sua arte foi desenvolvida por Max Alan Kampa, inspirada nas clássicas capas do século XIX e do início do século XX, revestidas por couros e tecidos e adornadas por padronagens variadas, sendo comum a representação de flores, folhagens e insetos. O objeto escolhido para estampar o padrão de capa foi a janela, em diversas cores e formatos, que simboliza a abertura para novos mundos e a possibilidade de ampliar os conhecimentos e a capacidade imaginativa que a contação de histórias proporciona àqueles que dela participam.

Para realizar a releitura de capas antigas foi realizada uma pesquisa de referências, usando como principal plataforma sites que disponibilizam catálogos de imagens na internet, como o Pinterest. Após a escolha das referências, a arte que decora a capa foi produzida com o uso das ferramentas disponibilizadas pelos programas Adobe Illustrator e Adobe Photoshop. Os efeitos utilizados visaram dar à obra um aspecto envelhecido e uma textura que, visualmente, lembra as fibras entrelaçadas de um tecido.

Figura 1 – Capa de obra alemã, publicada em 1930, utilizada como referência para a releitura da capa do produto “Entre contos e relatos: um livro-reportagem sobre contação e contadores de histórias em Curitiba”.



Fonte: Pinterest.

4.2.2 Orçamento

O livro “Entre contos e relatos: um livro-reportagem sobre contação e contadores de histórias em Curitiba”, com 84 páginas em preto e branco e seis páginas coloridas, foi impresso na gráfica Print It, localizada na rua Visconde do Rio Branco, 1707, custando R\$ 40,20 cada exemplar. Ao todo, foram produzidas cinco unidades do produto, gerando um custo de R\$ 201, no total.

Nos exemplares produzidos, cada página em preto e branco custou R\$ 0,12. As páginas coloridas tiveram o preço de R\$ 1,00. Ao realizar a impressão de 500

exemplares do livro, o preço da página em preto e branco cai para R\$ 0,10. Dessa forma, cada livro custaria uma média de R\$ 35.

Com 5.000 cópias, as folhas em P&B passam a custar R\$ 0,08 e as coloridas R\$ 0,80. Assim, haveria um desconto de R\$ 4,56 na impressão do miolo de cada obra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contação de histórias surge, no século XXI, como um retorno da tradição oral e da transmissão de conhecimentos por meio da palavra falada. Em Curitiba, pedagogias presentes no sistema de educação infantil e atividades realizadas por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fortificam a prática, capacitando profissionais e voluntários para trabalhar com o ato de contar histórias dentro de salas de aula e de instituições sociais e de saúde. O objetivo deste trabalho foi identificar a retomada da oralidade através da contação de histórias, bem como apontar sua relevância social e educacional, produzindo um livro-reportagem que registrasse essa prática e o perfil de seus contadores. Observação participante, entrevistas jornalísticas e estudos bibliográficos foram métodos que permitiram a compreensão da atividade no cenário municipal.

A observação das rodas de contação, guiadas por integrantes da Casa do Contador de Histórias na Escola de Educação Especial Vivian Marçal, na Associação Solidários pela Vida (SoVida), no Asilo São Vicente de Paulo e na própria sede da organização, foi importante para captar a essência das técnicas e do ritual realizado pelos contadores, assim como a interação com o público e o comportamento dos ouvintes. Através de entrevistas, descobriu-se mais sobre a atividade e sobre seus realizadores. Dessa forma, foi possível elaborar quatro perfis sobre contadores de histórias, mais duas reportagens que esclarecem o valor da prática no desenvolvimento cognitivo das crianças dentro e fora da escola e no trabalho pela recuperação da autoestima de pacientes de doze instituições sociais e de saúde. Reunidos, os textos compuseram o livro-reportagem “Entre contos e relatos”, que traz um panorama da atividade de contar histórias no âmbito da educação infantil municipal e da organização da sociedade civil da capital paranaense, além de traçar a personalidade de contadores curitibanos, expondo suas próprias histórias e crenças e relatando seus anos de prática.

O resultado do trabalho confirmou a hipótese antes apresentada, de que a contação de histórias pode ser encarada como uma forma de compartilhamento de conhecimento e de experiências àqueles que ouvem. As informações coletadas ao longo dos meses de estudo, derivadas, principalmente, das conversas com profissionais da saúde e da educação e com pacientes das instituições atendidas pela

Casa, serviram para fortalecer a crença da autora na capacidade de desenvolver a criatividade, a autoestima e o autoconhecimento que as histórias possuem, além de levarem a uma maior compreensão da sociedade e das diferentes culturas existentes. Professores e pedagogos atribuíram à contação de histórias a função de incentivar crianças a adquirirem hábitos e interesses pela leitura, de despertar nelas as noções de empatia e alteridade e de potencializar suas funções cognitivas. Psicólogos acreditam no ato de contar histórias como um meio de trabalhar os sentimentos dos ouvintes e de debater temas fortes e delicados, como doenças, escolhas erradas e a própria morte.

Como experiência pessoal, este Trabalho de Conclusão de Curso me levou a compreender melhor as atividades das pessoas que se dedicam a despertar a criatividade e os mais variados sentimentos nos outros. Foi um aprendizado que resultou em mais do que informações para produzir um livro-reportagem sobre contação e contadores de histórias; desenvolveu, também, minhas noções de empatia e de dedicação ao crescimento do próximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1989.

ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999. P. 147-212.

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. São Paulo: Fapesp, 2005. P. 368-413.

ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Cap. 4 e 33.

AREND, Denise; VALTER, Kuchenbecker. *Como editar um livro*. 2ª edição. Canoas: Editora Ulbra, 2004.

BRITO, José Domingos, de. *Literatura e Jornalismo*. São Paulo: Novera Editora, 2008.

BUSATTO, Cléo. *A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

CAPUTO, Stella Guedes. *Sobre entrevistas*. Petrópolis: Vozes, 2006. Cap. 1.

CASTRO, Gustavo, de; GALENO, Alex. *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CASTRO, Gustavo, de. *Jornalismo Literário: uma introdução*. Brasília: Casa das Musas, 2010.

COSTA, Marta Moraes, da. *Metodologia do ensino da literatura infantil*. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

FISCHER, Steven Roger. *História da Leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOODE, W.; HATT, P. *Métodos em pesquisa social*. 7.ed. São Paulo: Nacional, 1979.

GRIMM, Jacob e Wilhelm. *Os contos de Grimm*. Tradução de Tatiana Belinky. 8ª ed. São Paulo: Paulus, 2005.

- HENDEL, Richard. *O design do livro*. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006. Cap. 1-3.
- KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1995.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo*. Campinas: Unicamp, 1995.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1999. P. 11-30.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.
- MCLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Cap. 30.
- MCLUHAN, Marshall. *Visão, som e fúria*. In: Teoria da Cultura de Massa. Introdução, comentário e seleção de Luiz Costa Lima. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MEDINA, Cremilda. *Entrevista: um diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2002.
- OLINTO, Antonio. *Jornalismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica S. A., 1955.
- OYAMA, Thaís. *A arte de entrevistar bem*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005. Cap. 1.
- PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 1, 2 e 4.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, volume I*. 2ª edição. Florianópolis: Editora Insular, 2005. Cap. 2 e 6.
- VILAS BOAS, Sérgio. *Perfis e como escrevê-los*. São Paulo, Summus, 2003.

WEISE, Angélica. *Jornalismo literário*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 7-55.

BRITO, Rosildo Raimundo de; NETO, Fernandino Rodrigues do N. *Livro-reportagem: uma análise da prática da grande reportagem nos Projetos Experimentais do curso de Jornalismo da Faculdade do Vale do Ipojuca*. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2010.

DEL BIANCO, Nelia R. *O tambor tribal de McLuhan*. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005.

ELMAN, Débora. *Jornalismo e estilos de vida: o discurso da revista Vogue*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2008.

FERNANDES, José Carlos. *O Leitor e a Cidade: Caminhos e descaminhos da leitura e da literatura entre pessoas com baixa exposição à escola*. Dissertação (Doutorado em Estudos Literários) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Estudos literários, 2012.

RAMOS, Ana Cláudia. *Contação de histórias: um caminho para a formação de leitores?*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. *O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico*. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 10, 2012, Curitiba.

RODRIGUES, Felipe. *Livro-reportagem: uma abordagem sobre a cobertura da violência no Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2010.

Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. *Cai a taxa de analfabetismo em Curitiba*. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/cai-a-taxa-de-analfabetismo-em-curitiba/27362>>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

IBGE, Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação e os municípios das capitais. Grupos de idade 2000/2010. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab28.pdf>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

SILVA, Amanda Tenório Pontes da. *O perfil jornalístico: possibilidades e enfrentamentos no jornalismo impresso brasileiro*. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2009/Outubro/perfil_jornalismo_amanda.pdf>. Acesso em 17 de março de 2016.

UNESCO, Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acessado em 16 de outubro de 2015.